

23 de Novembro de 2011 – 11h00

## RELATÓRIO DE AUDIÊNCIA

**Entidade:** Conselho Permanente do Conselho das Comunidades Portuguesas

Presidente – Fernando Gomes (Macau), António Fonseca (França), Luís Jorge (Venezuela), Ângelo Horta (Brasil), Amadeu Batel (Suécia), Silvério Silva (África do Sul) e Claudinor Salomão (EUA).

**Recebidos por:** Deputados José Ribeiro e Castro, Acácio Pinto, Amadeu Soares Albergaria, Ana Jorge, Ana Sofia Bettencourt, Carlos Enes, Duarte Marques, Isilda Aguincha, Margarida Almeida, Maria Conceição Pereira, Maria José Castelo Branco, Michael Seufert, Miguel Tiago, Odete João, Paulo Cavaleiro, Pedro Delgado Alves, Pedro Pimpão, Rui Jorge Santos, António Serrano, Catarina Martins, Emília Santos, Inês Teotónio Pereira, Jacinto Serrão, Maria Ester Vargas, Maria João Ávila, Maria Manuela Tender, Mário Magalhães, Mónica Ferro, Rita Rato e Rosa Arezes

**Exposição:** O Senhor Presidente da Comissão de Educação e Ciência deu as boas-vindas aos representantes do Conselho das Comunidade Portuguesas (CCP), que agradeceram a disponibilidade da Comissão para agendar a audiência e apresentaram as dificuldades com que se debatem, lembrando que as comunidades portuguesas constituem um elemento fundamental no reforço e desenvolvimento da posição de Portugal no Mundo.

Reiteraram o interesse do CCP em integrar o Conselho Nacional de Educação, o que permitiria dar voz aos portugueses não residentes em Portugal e incluir a ponderação de outras estratégias e visões naquele órgão consultivo.

Lamentaram a ausência de uma política de língua para as comunidades, afirmando que não se encontram assegurados os direitos dos portugueses no Mundo. A este respeito, e concretamente em relação à portaria 914/2009, consideram que não permite a opção por modalidades de organização de ensino que melhor se enquadrem na realidade de cada comunidade e dos países de residência. Entendem ainda que o Instituto Camões não dispõe de uma estratégia de promoção da língua, encontrando-se mais vocacionado para a política cultural, que também não existe.

Em relação ao Ensino Português no Estrangeiro, chamaram a atenção para a inexistência de orientações programáticas específicas para as comunidades e para a falta de materiais didáticos adequados, pelo que defendem a criação de um projecto autónomico para as comunidades portuguesas.

Entendem ainda que a língua e a cultura deveriam ser integradas na Secretaria de Estado da Cultura e não no Ministério dos Negócios Estrangeiros, que não conhece as necessidades das comunidades nestas áreas.

Consideraram ainda que a nova emigração exige medidas do Governo, sob pena de se extinguir o ensino do Português como língua materna e, conseqüentemente, de se ameaçar o vínculo entre a Diáspora e Portugal. A este propósito, entendem que é grave não ser possível aprender Português, quando se tem interesse nessa língua, reconhecendo que os dois modelos são válidos (língua materna e língua estrangeira), cabendo aos pais a decisão sobre a escolha.

Referiram-se aos cortes previstos para o Ensino Português no Estrangeiro, estimando-se o despedimento de 50 professores, a não substituição por aposentação ou licença de maternidade, o que afectará cerca de 2000 alunos, que ficarão sem aulas.

Além do Senhor Presidente, intervieram na audiência os Deputados Acácio Pinto (PS), Michael Seufert (CDS-PP), Maria João Ávila (PSD) e Rita Rato (PCP), que agradeceram a presença dos representantes do Conselho das Comunidades Portuguesas e apresentaram a posição dos respectivos grupos parlamentares em relação às questões expostas.

Esclareceram ainda que a Comissão de Educação, Ciência e Cultura, ainda que não sendo a competente nestas áreas, acompanhará as preocupações apresentadas, em articulação com as Comissões competentes.

A [informação](#) relativa à audiência, incluindo a gravação áudio, encontra-se disponível na página da Comissão de Educação, Ciência e Cultura, na Internet.

Palácio de São Bento, 23 de Novembro de 2011

**A assessora da Comissão**  
Cristina Tavares